

Cascavel, 06 de outubro de 2022.

Sobre a atuação dos institutos de pesquisa

As eleições de 2022 confirmam um fenômeno que não é novo no Brasil, o da imprecisão dos números apresentados por pesquisas eleitorais divulgadas largamente por órgãos de imprensa. E os erros são cada vez maiores.

Cresce a indignação e o número daqueles que questionam a seriedade e a falta de imparcialidade das empresas contratadas para apurar a intenção de voto dos eleitores. Os erros têm sido frequentes, com distorções graves entre os dados apresentados pelos institutos e aqueles que são oficialmente confirmados no dia da eleição.

As aferições desse primeiro turno à presidência da República e também ao Senado do Paraná são exemplos da gravidade desse quadro. Muitas delas apontavam vantagem, na véspera da eleição, de até 15% para um dos candidatos.

Há, no Brasil, a cultura de muitos eleitores de decidir na última hora e de optar pelo candidato que, segundo a pesquisa, está na frente. Ou seja, a manipulação ou o erro de base metodológica ou de tabulação de um dado pode trazer prejuízos graves a uma candidatura e até condenar uma região ou um país inteiro às vontades de um candidato que não é exatamente o preferido da maioria.

Entidades ligadas ao G8 de Cascavel consideram o tema como prioridade nacional devido aos impactos que as pesquisas assumem no cotidiano do eleitor. Seriedade, isenção, imparcialidade e verdade é o mínimo que se pode esperar de empresas que se propõem a atuar em um campo tão importante.

As entidades que assinam este documento defendem, com urgência e isenção, a revisão da legislação eleitoral e a criação de instrumentos que possam, com segurança e legitimidade, atestar a confiabilidade e a seriedade dos institutos que inundam o Brasil com pesquisas eleitorais.

Inclusive, sugere-se um amplo debate nacional para saber se é necessário manter a publicidade de pesquisas contratadas ou se as mesmas devem servir apenas para informações internas dos partidos, candidatos ou dos contratantes interessados no conteúdo das mesmas.

Por fim, entidades do G8 pedem que sejam apuradas pelo Ministério Público Eleitoral e também pelo parlamento, através de processos próprios, eventuais condutas neste pleito que possam caracterizar crimes eleitorais por parte dos institutos de pesquisas e seus dirigentes e até seus contratantes. E apurar se houve “encomenda” de resultados diante da discrepância dos números das pesquisas com os efetivos resultados, que certamente influenciam a vontade do eleitor, prejudicando a democracia e a soberania popular. O aprimoramento da democracia depende da revisão desse instituto.

Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC

Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Oeste do PR – AMIC

Câmara de Dirigentes Logistas – CDL

Sindicato Rural Patronal de Cascavel

Sindicato dos Lojistas e do Comércio Varejista de Cascavel e Região – SINDILOJAS

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná – SINDUSCON

Sociedade Rural do Oeste do Paraná – SRO